Revista Pensar a Prática | ISSN: 1980-6183 DOI 10.5216/rpp.v29.85303

Artigos de Revisão

Educação Física escolar sob perspectiva de gênero: revisão teórica e implicações pedagógicas[1]

School Physical Education from a gender perspective: theoretical review and pedagogical implications

Educación Física escolar desde una perspectiva de género: revisión teórica e implicaciones pedagógicas

Alexandre Carvalho da Silva
Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
alexandrecarvalho201278@gmail.com

Jorge Luiz Marques de Moraes
Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
jorgelmarques2@gmail.com

Resumo: Este artigo objetivou analisar possibilidades de construção de práticas equitativas na Educação Física Escolar (EFE) e foi referenciado pelo arcabouço teórico que envolve as temáticas gênero e coeducação. Foi capitaneado pela revisão bibliográfica feita por meio de livros, artigos e bases acadêmicas, com análise crítica dos materiais acessados. Os resultados apontam manutenção de desigualdades na participação, decisão e realização das ações motoras, relacionadas à generificação das práticas corporais. Porém, evidencia-se que propostas coeducativas contribuem para ampliar oportunidades, diálogo e cooperação entre estudantes, tornando o processo educativo equitativo. Conclui-se que a coeducação constitui estratégia pedagógica potente para romper com estereótipos e promover justiça nas aulas.

Palavras-chave: coeducação; gênero; equidade.

1 O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Abstract: This article aimed to analyze possibilities for constructing equitable practices in School Physical Education, grounded in the theoretical framework of gender and coeducation. It was conducted through a literature review by means of books, articles, and academic databases, with critical analysis of the accessed materials. The results indicate the persistence of inequalities in participation, decision-making, and performance of motor actions, related to the gendering of bodily practices. However, they also show that coeducational proposals contribute to expanding opportunities, dialogue, and cooperation among students, making the educational process more equitable. It is concluded that coeducation constitutes a powerful pedagogical strategy to break stereotypes and promote justice in classes.

Keywords: coeducation; gender; equity.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo analizar posibilidades de construcción de prácticas equitativas en la Educación Física Escolar y se sustentó en el marco teórico relacionado con las temáticas de género y coeducación. Se llevó a cabo mediante una revisión bibliográfica realizada por medio de libros, artículos y bases académicas, con análisis crítico de los materiales consultados. Los resultados señalan la persistencia de desigualdades en la participación, la toma de decisiones y la realización de acciones motrices, vinculadas a la generificación de las prácticas corporales. Sin embargo, evidencian que las propuestas coeducativas contribuyen a ampliar oportunidades, el diálogo y la cooperación entre estudiantes, haciendo el proceso educativo más equitativo. Se concluye que la coeducación constituye una estrategia pedagógica potente para romper estereotipos y promover la justicia en las clases.

Palabras-clave: coeducación; género; equidad.

Submetido em: 24/02/2026
Aceito em: 05/05/2026

1. Introdução

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, período em que o autor cursou a graduação em Educação Física (EF), havia um discurso teórico de severas críticas, por exemplo, às temáticas que eram "escolhidas" no âmbito escolar, por serem de caráter restritivo. Em outras palavras, aqueles/as professores/as atuantes na Educação Básica, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conduziam suas práticas baseadas exclusivamente em quatro esportes, conhecidos na literatura como "quadrado mágico": futebol, vôlei, basquete e handebol. Além disso, as aulas assumiam um formato exclusivamente prático, com foco nos fundamentos necessários para conseguir jogar a modalidade, sem convite a reflexões críticas sobre a relação desses esportes com o consumo, a diferença salarial entre homens e mulheres, as distintas formas de preconceito observadas na sociedade, o salvacionismo de políticas públicas, entre outras possibilidades. Agravando esse cenário, professores/as utilizavam em larga escala "metodologias sexistas, fundamentadas nos moldes tradicionais de ensino dos esportes" (Cruz; Palmeira, 2009, p. 116). Tal opção chancelava a busca por normatizações motoras nas aulas de EF.

Por óbvio, isso gerava um processo de exclusão daqueles/as que não conseguiam alinhar-se com as padronizações desejadas. Nesse bojo, os/as inábeis, os/as desprovidos/as de estatura, aqueles/as que estavam acima do peso, os/as que não detinham velocidade, entre outras características, ficavam à margem do processo educativo e ocupavam uma posição figurativa. Nesse contexto, não se pode perder de vista que "há heterogeneidades entre meninos e meninas e entre as meninas no que tange às habilidades motoras, idade, força, entre outros aspectos" (Devide; Rocha; Moreira, 2020, p. 3). Logo, exigir que todos/as alcancem determinados padrões é ignorar por completo as diferenças existentes nos/nas estudantes integrantes de uma turma. Passadas quase três décadas, avanços foram observados, mas ainda restam heranças em diversos espaços escolares. Inclusive, questões sociais mais amplas reverberam

no espaço escolar o tempo todo e devem ser tratadas pedagogicamente. As aulas práticas de EF reúnem momentos de vivências cujas singularidades eclodem, mas são ofuscadas por normatizações historicamente valorizadas. Por influência sociocultural, há designação de papéis para meninos e meninas que são reverberados no espaço escolar. Nesse sentido, "muitas análises sobre a socialização indicam os meninos sendo educados para o esforço e o rendimento e as meninas mais para os cuidados sociais e à obediência" (Saraiva, 2005, p. 97), o que impacta – em alguma medida – os modos de agir, pensar e interagir nas aulas de EF.

É nesse cenário descrito nas linhas acima que esse artigo mergulha. Em outras palavras, os momentos de aulas podem significar minutos de angústia, ansiedade, desinteresse. Por outro lado, esses momentos podem significar trocas, alegria, aprendizado, afeto. Embora muitas varáveis atuem medindo forças para ver o que prevalece, sabemos que o papel docente é fundamental para que desigualdade nas oportunidades de participação, decisão e realização das ações motoras de uma atividade não se instale no ambiente de aprendizagem. Nesse sentido, reflexões pedagógicas sobre questões de gênero são imprescindíveis. Além disso, intervenções críticas e contínuas a partir da coeducação têm reconfigurado os contextos das aulas e impactado os sensos de justiça, coletividade e equidade dos/as estudantes. Portanto, o objetivo desse artigo é realizar uma revisão bibliográfica à luz dos referenciais teóricos de gênero e, principalmente, dos referenciais que utilizam a coeducação para visibilizar práticas educativas equitativas. Assim, no primeiro momento, propõe-se uma conversa com base nas temáticas gênero e coeducação. Em seguida, apresentam-se exemplos de práticas coeducativas, passando pela metodologia utilizada até chegar às considerações parciais.

2. Percurso metodológico

Para elaboração deste artigo, utilizou-se a revisão bibliográfica como metodologia para mapear conhecimentos já consolidados.

Seu desenvolvimento ocorre a partir de materiais já publicado, que podem contemplar livros, artigos, periódicos, entre outros. De acordo com Gil (2017), uma vantagem dessa metodologia é prover o/a pesquisador/a de possibilidades de coberturas mais amplas das temáticas. Entendemos que a metodologia de revisão bibliográfica atua como um processo minucioso de seleção e de interpretação dos fenômenos e não como uma simples reunião de textos, livros, artigos ou outras fontes. Conforme Costa e Costa (2018), essa metodologia obriga o/a pesquisador/a se manter sempre crítico diante do material acessado. Além disso, ao organizar as informações, ele/a deve ser capaz de identificar lacunas no conhecimento e fundamentar a relevância do objeto de estudo.

Há pelo menos cinco décadas, as literaturas pertinentes ao estudo das temáticas gênero e coeducação fazem parte da vida de muitos/as pesquisadores/as brasileiros/as. Buscando entender um pouco esse universo, realizamos uma pesquisa em duas bases de dados acadêmicos: Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes. Essa pesquisa foi realizada da seguinte forma:

- Sem utilização das aspas e com utilização das aspas;

- Distratores norteadores da pesquisa: *Gênero e Educação Física Escolar, Coeducação, Coeducação e Escola, Coeducação e Educação Física Escolar, Jogos Coeducativos.*

Os dados da tabela abaixo foram obtidos em julho de 2024 e trazem um importante panorama numérico que será analisado em seguida:

Tabela 1 – Número de ocorrências: Google Acadêmico x Portal de Periódicos da Capes

Base de dados	Gênero e Educação Física Escolar	Coeducação	Coeducação e Escola	Coeducação e Educação Física Escolar	Jogos Coeducativos
Google Acadêmico	224.000 “114”	8.780 “5.190”	8.080 “7”	6.370 “23”	54 “3”

Portal de Periódicos da CAPES	235 “5”	53 “53”	17 “0”	10 “0”	0 “0”

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma primeira análise gira em torno da principal função da utilização das aspas, ou seja, proporcionar um filtro, provocando a diminuição dos resultados encontrados. Em outras palavras, limitar a quantidade de resultados. Só tivemos um caso em que isso não ocorreu: no Portal de Periódicos da Capes, com o distrator *Coeducação,* com 53 resultados para ambas as buscas. O esperado, nesse tipo de busca, é que a utilização das aspas exponha um quantitativo reduzido de resultados ao ponto de, supostamente, viabilizar escolhas para leituras e análises, ainda que seja necessário aplicar outro mecanismo de filtro. Todavia, isso não ocorreu no Google Acadêmico para o distrator *Coeducação.* Apesar de a pesquisa com as aspas diminuir a quantidade de resultados em 3.590 (8780 – 5.190), essa redução não pode ser considerada favorável para viabilizar escolhas e leituras, por exemplo. Diferentemente do que ocorreu com o distrator *Gênero e Educação Física Escolar* nesse mesmo banco de dados, ao aplicar as aspas, saímos de 224.000 resultados para “apenas” 114.

Não foi aplicada nenhuma delimitação temporal para as buscas. Porém, mesmo assim, não foram encontrados resultados no Portal de Periódicos da Capes para os distratores *Coeducação e Escola*, *Coeducação e Educação Física Escolar* e *Jogos Coeducativos* ao realizarmos as buscas com utilização das aspas. O mesmo ocorreu para o último distrator, citado na mesma base de dados com a pesquisa feita sem a utilização das aspas.

Cumpre destacar que a base de dados do Google Acadêmico trouxe, quantitativamente, mais resultados. Optamos por não realizar a busca utilizando somente o distrator *Gênero*, assumindo que essa ação alcançaria um número expressivo de ocorrências, já que é mais ampla que o distrator *Gênero e Educação Física*

Escolar, que teve 224.000/"114" e 235/"5" ocorrências nas bases de dados Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da CAPES, respectivamente.

3. Conversas com as temáticas gênero e coeducação

A ideia de essencialização que envolve homens/meninos e mulheres/meninas não é recente e se encontra pulverizada em espaços sociais distintos. Na EF não é diferente. Segundo Saraiva (2005, p. 100), "os meninos são mais predispostos ao risco e ao enfrentamento com o outro nos jogos de movimento e no esporte; as meninas preferem situações de jogos mais comunicativos". Essa afirmação pode balizar, por exemplo, uma narrativa clássica que circula no senso comum e nas mentes de estudantes e de boa parte da comunidade escolar, incluindo professores/as dos distintos componentes curriculares e gestores/as: a de que certas práticas corporais devem ser praticadas exclusivamente por determinado grupo. Em outras palavras, futebol e judô para meninos e dança e ginástica para meninas servem como principais exemplos para esse ponto. É o que a literatura denomina de generificação das práticas corporais. Nunes e Rúbio (2008) destacam a separação entre meninos e meninas e a ênfase nos esportes nas aulas baseadas em um currículo técnico-esportivo como algo a ser problematizado. Saraiva (2005, p. 131) lembra que "o uso, quase exclusivo, do esporte nas escolas tem sido um importante mecanismo de reforço à estereotipia sexual". Monteiro (2013) aponta que as hierarquias existentes no espaço escolar, mais especificamente nas aulas de EF, trazem prejuízos consideráveis para o processo educativo. Para ilustrar a discussão, Uchoga e Altmann (2015) observaram algo curioso em uma atividade que utilizava o jogo de queimado como meio para iniciação ao passe do basquete. Mesmo com uma equipe formada por quatro meninos e por onze meninas e com a exigência de números de passes mínimos na atividade, o arremesso final era realizado exclusivamente por um menino.

Louro (2000, p. 60) ressalva que a EF é a única área ou disciplina "que faz do corpo e de seu adestramento o foco central de seu agir". A autora complementa dizendo que o campo educacional é um nítido espaço para suspeitarmos do corpo, haja vista que as demais áreas e disciplinas conseguem separar seus conhecimentos dissociando mente e corpo (Louro, 2000). Talvez por isso, a EF seja uma área fértil para reflexões pedagógicas sobre as questões de gênero, já que os corpos masculino e feminino precisam se enquadrar em determinadas padronizações sob pena de repúdio, exclusão e escanteamento, uma vez que vivem sob olhares vigilantes de toda a sociedade. Para contribuir com a discussão por ora implementada, apresentamos o conceito de gênero como sendo

> uma forma de indicar 'construções culturais' – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. 'Gênero' é uma categoria sexual imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

Ainda caminhando nessa esteira, Goellner (2010, p. 75) adiciona que o gênero "envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino". Essa marcação dos corpos é iniciada antes mesmo de a criança vir ao mundo, por exemplo, com a montagem do enxoval de roupas, indicando prevalência de cores que devem ser utilizadas por meninos e meninas. Há determinações de papéis específicos para os meninos e para as meninas no âmbito das aulas de EFE, ou seja, "são as diferenças culturais e sociais que incidem, fortemente, na orientação do que é mais ou menos adequado para um ou outro sexo" (Goellner, 2010, p. 78). Meninos e meninas chegam à escola com diferentes vivências no mundo das práticas corporais. A partir dessa afirmação, é salutar entender que:

> O processo de generificação das práticas corporais e a construção de estereótipos de gênero se iniciam no primeiro núcleo social das crianças – geralmente a família, a casa, o quarto, as roupas, os primeiros brinquedos – e se estende ao segundo núcleo, a escola de Educação Infantil, com seu pátio, os tempos escolares do recreio, do lanche, da sala de aula da Educação Infantil e, especificamente, da EFE (Devide, 2024, p. 55).

A relação entre meninas e meninos durante as aulas práticas de EFE revela constantes tensões e episódios de desrespeito, principalmente quando a temática desenvolvida abarca algum jogo, oriundo ou não de algum esporte, impactando a dinâmica de condução das aulas. Auad (2022) constatou que meninas utilizavam os cantos das quadras e pátios para pularem elástico enquanto os meninos ocupavam os centros desses espaços para a prática do futebol. Mariano e Altmann (2016, p. 419) observaram que grande parte dos meninos "ficava envolvida naquelas atividades que necessitam de mais movimentos e um maior espaço para acontecer, como as corridas e jogos com bolas". Por meio desse *modus operandi*, um papel secundário e de submissão é atribuído às meninas e àqueles que não se destacam na externalização de gestualidades motoras específicas para a prática de determinado jogo. Com isso, ocorrem monopólios do processo educativo e surge na escola aquilo que historicamente foi colocado às mulheres: invisibilização, incapacidade, falta de oportunidades, obediência ao sexo oposto, entre outros aspectos. Saraiva (2005, p. 27) chama atenção para o viés sexista observado na EF que "transformou a mulher em um ser submisso, obediente e dócil; destinou-lhe o desempenho de um papel secundário e de menor valor social". Não à toa, Cruz e Palmeira (2009, p. 119) afirmam que, nas aulas de EF, "ficam evidentes as diferenças corporais existentes entre meninos e meninas, como resultado das implicações das normas e transformações a que os corpos são submetidos na sociedade".

Na contemporaneidade, visualizamos a predominância das escolas mistas no Brasil, aquelas em que meninos e meninas compõem uma mesma turma. Lembramos que pensar e organizar as escolas adotando a forma mista relaciona-se diretamente com menores recursos dispendidos (Auad, 2022; Devide, 2024), já que um/a docente é capaz de lecionar para uma turma formada por meninos e meninas, não havendo mais a necessidade de contratar um docente para lecionar para os meninos e outra docente para as meninas, que era uma espécie de regra nas escolas separadas por sexo. Curiosamente, Jesus e Devide (2006) concluíram, em seu estudo, que as aulas separadas por sexo foram vistas como positivas pelos/as alunos/as e as aulas mistas, como negativas, o que poderia validar a separação entre meninos e meninas. Quando deslocamos nossos olhares para um cenário de aula de EF, percebemos que "muitas meninas não têm a oportunidade de vivenciar e afirmar suas potencialidades, semelhante à dos meninos" (Saraiva, 2005, p. 146), o que também ocorre com meninos que não atendem aos padrões técnicos e esportivos esperados. Dessa forma, quando meninos e meninas estão diante de uma análise sobre papel sexual cultural, a migração para 'outro papel' que não o seu, durante as aulas de EF, pode revelar potencialidades reprimidas, desincentivadas. Assim, temos que:

> Somente a partir da metade da década de 1980, com a emergência de um pensamento renovador na Educação Física Escolar, surgiram debates que problematizaram a organização das aulas de Educação Física separadas por sexo e mistas, com tendência à defesa do segundo modelo, emergindo uma grande discussão entre pesquisadores com apresentação de argumentos a favor e contra a escola mista (Devide, 2024, p. 28).

Coincidência ou não, foi justamente na década de 1980 que a coeducação surgiu no Brasil como mais uma possibilidade pedagógica para as aulas de EF (Devide, 2024). Mas vêm da Alemanha, momentos antes da década citada, as primeiras menções ao con-

ceito de coeducação no universo da EF. Ainda hoje, acessamos discursos que tratam escola mista e escola coeducativa como sinônimos, o que não é verdade. Em outras palavras, a escola mista não possui o mesmo significado da escola coeducativa (Costa; Silva, 2002). Todavia, "a escola mista se constitui em um meio e em um pressuposto necessários, mas não suficientes para a coeducação" (Auad, 2022, p. 10). Depreende-se que a escola mista é viável sem a coeducação, mas o contrário não é verdadeiro, ou seja, a coeducação é inviável de ser colocada em prática sem o advento da escola mista. Mas por quê? Porque a coeducação possui, em sua essência, "aulas que se desenvolvem por meio de reflexões pedagógicas sobre questões de gênero nas vivências da cultura corporal" (Santos; Brito, 2023, p. 8). Em suma, é imprescindível a existência de um contexto em que meninos e meninas estejam juntos, imersos em uma simbiose pedagógica, para que o debate sobre a coeducação aconteça e seus princípios sejam postos em prática. Sobre esses últimos, apresentamos um quadro resumo com treze princípios didáticos para uma postura coeducativa no ensino da EFE:

Quadro 1 – Princípios didáticos da coeducação

1	Reconhecimento da agência de meninas/os
2	Combate ao binarismo de gênero
3	Garantia de oportunidades iguais a todas/os
4	Reconhecimento da diferença como um valor
5	Busca da equidade
6	Usos da linguagem
7	Atenção às práticas de exclusão
8	Proposição de atividades em que a cooperação se sobreponha à competição
9	Não privilegiar os meninos
10	Atenção à ocupação dos espaços
11	Estímulo à participação de meninas/os em práticas corporais associadas ao outro gênero
12	Proposição de atividades de sensibilização
13	Ensinar de forma sensível

Fonte: Devide (2024). Adaptado pelo Autor.

Muitos/as professores/as de EF que observarem atentamente esse quadro podem ficar surpresos/as pelo fato de em suas práticas docentes adotarem um ou mais desses princípios didáticos sem desconfiarem da ligação entre eles e o debate da coeducação. Contudo, podemos afirmar, minimamente, que esses/as professores/as compactuam com uma perspectiva crítica e progressista da EF em suas ações pedagógicas. Por exemplo, o princípio didático 10 relaciona-se com a constatação de que "é possível perceber nos meninos uma tendência maior de dominar grandes espaços" (Auad, 2022, p. 50) não só nas aulas de EF, mas também nos espaços destinados aos recreios, por exemplo. Esta é uma realidade que atravessa diversas experiências docentes. Parece que essa tendência maior tem alguma ligação com o conceito de gênero trazido por Scott (1995) e, principalmente, com determinações específicas para meninos e meninas no universo das aulas de EF. Em outras palavras, construções culturais acenam para a necessidade de homens e meninos estarem sempre em evidência, em primeiro plano, desenvolvendo atribuições cuja liderança, força, virilidade e robustez, entre outras características, sejam respeitadas e desejadas, mas não pelas mulheres e meninas. Estas devem permanecer em segundo plano, fora dos holofotes, e dando conta de atribuições cuja delicadeza e sensibilidade sejam marcantes, além de assumirem afazeres tidos como de menor valor social.

Portanto, esse tipo de contexto hierarquizado, segregado, passível de muitos questionamentos, deve ser transformado. Entendemos que a coeducação é um caminho potente e fértil para essa finalidade, já que propõe a busca conjunta, entre meninos e meninas, pela igualdade de oportunidades, a fissura da relação de dominação e a quebra de preconceitos (Saraiva, 2005). Neste artigo, adotamos o conceito de coeducação como sendo:

> Um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política

> educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e brincadeiras dos pátios (Auad, 2022, p. 79).

Assim como todo projeto de mudança, de transformação, inserir práticas pedagógicas capitaneadas pelo arcabouço teórico da coeducação requer medidas que precisam estar antenadas com a existência de dificuldades e de forças avessas a esse tipo de proposta (Costa; Silva, 2002). Complementando, o projeto de coeducação "supõe uma transformação profunda das expectativas, comportamentos e práticas escolares" (Auad, 2022, p. 87). Até porque, embora este artigo esteja inserido em um contexto acadêmico, não podemos perder de vista que as discussões apresentadas estão longe de serem restritas aos espaços escolares e, menos ainda, aos cursos de graduação e de pós-graduação espalhados pelo país.

4. Exemplos de práticas coeducativas

A partir desse momento, voltaremos nossas atenções para o compartilhamento de algumas propostas coeducativas. Baseados nessa compreensão, apresentamos uma proposta coeducativa – por meio de atividades em diferentes segmentos de ensino – comprometida com "a problematização das relações de gênero, na direção de uma intervenção pedagógica afirmativa e inclusiva" (Devide, 2024, p. 47). Em outras palavras, tratam-se de sugestões de atividades coeducativas para a Educação Física Escolar entendidas como proposições e não como receita de bolo, visto que as realidades escolares são múltiplas e a necessidade de adaptações nas atividades acaba sendo um exercício inevitável. Em síntese, os espaços físicos, as condições materiais, a configuração do grupo de estudantes e a experiência docente, entre outros fatores, variam e podem exigir algumas adaptações.

O Quadro 2 compreende um conjunto de vinte atividades[2], sendo cinco para cada segmento, que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental (1° ao 5° ano), Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) e Ensino Médio:

Quadro 2 – Atividades coeducativas por segmento de ensino

Educação Infantil	Ensino Fundamental (1° ao 5° ano)	Ensino Fundamental (6° ao 9° ano)	Ensino Médio
Posso brincar com este brinquedo?	Jogo da Memória Humano	Jogo Coletivo Numerado	Quem Sou Eu?
Desenhando Identidades	Jogo dos Passes	Futdupla com Trave Móvel	Copa Escolar
O que desejo ser quando crescer?	Totó Humano	*Quizz* Esportivo	Práticas Corporais Generificadas: procurando o par
Jogos de Oposição	Caça Palavras	Dramatizando Estereótipos de Gênero	Basquetebol de Quadrados
Pique Fita Coloridas	Conte uma História Dançando	*Frisbee* Escolar	Conversando sobre *Bullying* Homofóbico

Fonte: Devide (2024). Adaptado pelo Autor.

Em sua dissertação de mestrado, Garcia (2022) traz uma grande colaboração para as discussões que envolvem propostas coeducativas ao se debruçar sobre o estudo do esporte holandês corfebol, sobretudo no que tange à equidade de gênero. Segundo o autor, "o corfebol se apresenta com uma práxis de superação, pois deu voz às pessoas historicamente excluídas e oportunizou a prática de um esporte escolar livre das hierarquias entre os gêneros" (Garcia, 2022, p. 51). O corfebol se destaca também por ser uma atividade desportiva coletiva que "confronta, através de seus valores, a lógica sexista que vigora no meio esportivo e escolar, isto é, equipes compostas por pessoas que se identificam com ambos os gêneros no mesmo espaço de jogo, em igualdade de números, quatro mulheres e quatro homens, sem a presença de hierarquias"

2 Ver Devide (2024) para maiores detalhes sobre as atividades.

(Garcia, 2022, p. 55). Portanto, trata-se de um esporte obrigatoriamente misto em que homens e mulheres praticam a modalidade juntos e em condições de igualdade.

Ao discutir o que seriam boas práticas coeducativas, Almeida (2025) destaca a coeducação como principal estratégia para que professores/as assumam, em seus passos pedagógicos, aulas inclusivas. Não obstante, através dessa estratégia, a relação entre meninos e meninas mostra-se mais amistosa, o que contribui para a superação de estereótipos e favorece o diálogo e a resolução de conflitos oriundos das temáticas gênero e sexualidade. Piedra *et al.* (2013 *apud* Almeida, 2025) contribuem com a discussão ao compartilharem quatro casos de boas práticas desenvolvidos na EFE em Andaluzia, na Espanha. Vejamos, a seguir, esses casos:

Quadro 3 – Boas práticas de gênero (coeducativas) em Andaluzia

Caso 1	**Museu da Mulher nos Jogos Olímpicos**: os/as alunos/as construíram um pequeno museu das Olimpíadas com destaque às mulheres atletas, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, com o objetivo de trazer o papel das mulheres nas Olimpíadas para mais perto da escola e conscientizar sobre os valores do esporte como um possível caminho para a coeducação.
Caso 2	**Sessões de Educação Física Coeducativas**: nas aulas de Educação Física de determinada escola não são ofertados esportes tradicionais que denotem masculinidade ou feminilidade (como futebol para meninos e vôlei para meninas). São buscados conteúdos inovadores e pouco trabalhados nas escolas.
Caso 3	**Educar para a Igualdade e Educação Física**: tem como objetivo criar uma sociedade mais justa e igualitária por meio da atividade física e do esporte, respeitando as diferenças e aberta para todos/as. Observa-se que o número de meninas na prática esportiva aumentou e há uma maior motivação dos/as estudantes para a prática conjunta das atividades.
Caso 4	**No Recreio Jogamos Todos e Todas**: os diferentes grupos de turmas são organizados para a distribuição semanal do espaço poliesportivo da escola e a professora de Educação Física entrega o material esportivo da própria escola por meio de alunos e alunas responsáveis pelo material previamente designados. A proposta é destinada a todos os cursos do Ensino Fundamental, com os objetivos de aumentar a participação esportiva durante o recreio de todos os/as alunos/as; romper com a hegemonia do futebol (esporte com conotações masculinas) no horário do recreio e aumentar o leque de possibilidades esportivas não estereotipadas em que meninos e meninas possam se envolver.

Fonte: Piedra et al. (2013 apud Almeida, 2025, p. 41- 42).

Prosseguindo a apresentação de propostas coeducativas circulantes no ambiente escolar, Piedra (2014) salienta que uma simples modificação em um aspecto curricular pode converter uma atividade estereotipada em uma atividade livre de prejuízos sexistas. O autor aponta também que a adoção de conteúdos novos, que não possuam estereótipos sexistas observados na sociedade, contribui substancialmente para o fomento da equidade, ou seja, para que as oportunidades durante as aulas se tornem justas. Linhas acima, trouxemos o corfebol como um conteúdo que se enquadra nessa perspectiva. Em suma, "toda atividade coeducativa deve ser encaminhada de forma a propiciar igualdade entre homens e mulheres, eliminar estereótipos sexistas e inserir as meninas no esporte e na atividade física" (Piedra, 2014, p. 292). Concordamos com o autor que toda proposta coeducativa deve ter, em sua essência, uma visão inclusiva, equitativa. Nesse sentido, algumas sugestões de esportes[3] que, segundo o autor, não exigem grandes espaços e podem ser praticados com materiais oficiais ou mesmo com materiais alternativos ganham destaque na discussão sobre a temática coeducativa. São eles: *softball*, *korfball* ou *balonkorf*, *kinball*, *throwball*, *pinfuvote*, *kickball* e *tchoukball*. Caso queiram conhecer os detalhes da operacionalização desses esportes, sugerimos pesquisas adicionais, já que não objetivamos tal empreitada. Mesmo assim, é possível que o/a leitor/a já tenha conhecimento prévio sobre alguma modalidade citada, o que garante um desdobramento cognitivo garantidor de reflexões críticas sobre o assunto.

Nas linhas anteriores, compartilhamos algumas propostas coeducativas. Ficou evidente que existem propostas que superam o simples atendimento à dimensão procedimental de um certo conteúdo, ou seja, o saber jogar ou praticar algum jogo ou esporte. Essa ampliação interventiva é extremamente importante para a discussão sobre as temáticas gênero e coeducação. Afinal, elas atravessam diversos espaços sociais e não estão restritas ao espa-

3 Ver Piedra (2014) para maiores detalhes sobre os esportes.

ço escolar e aos cursos de graduação e pós-graduação. Já dissemos isso. Pensando na ideia dos jogos que se apresentam como propostas coeducativas, evocamos que a criação de um jogo ainda não existente nas cercanias da escola "pode criar confrontos profundos com a formação cultural de origem da criança e com as razões que essa encontra para jogar" (Neira, 2009, p. 38).

Por outro lado, "as situações pedagógicas proporcionadas pela escola deverão alcançar simultaneamente as dimensões individual e social do ser humano" (Neira, 2009, p. 26). Logo, refletir pedagogicamente sobre questões de gênero é uma ação docente inegociável sob pena de deixar lacunas na formação dos/as estudantes. Por fim, colaborando com a discussão feita no artigo, sugerimos uma definição para jogo coeducativo: uma proposição pedagógica que incorpora, em sua essência e em sua operacionalização, tensionamentos intrinsicamente articulados às questões de gênero, cujo fomento pela equidade nas oportunidades, ações e decisões e pela desconstrução de estereótipos de gênero e de generificação das práticas corporais revelam-se fundamentais para a consolidação de um processo educativo crítico, emancipatório e transformador.

5. Considerações parciais

Ao longo do artigo, discutimos sobre as aulas de EF enquanto espaço de potência pedagógica. Esse *lócus* é impactado por aqueles/as que o ocupam, docentes e estudantes, e por outros fatores. A carga social e histórica existente nesse componente curricular evidencia a importância da proposição constante de reflexões pedagógicas críticas que atravessam as diversas tematizações. Esse exercício garante, minimamente, que a formação do/a estudante seja capaz de contemplar leituras do meio social em que vive, a fim de perceber distorções e injustiças e não as perpetuar.

Ao abordar questões de gênero no espaço escolar, sobretudo nas aulas de EF, estamos chancelando a visibilização de uma temática tão cara para a sociedade que, ainda hoje, é carregada de na-

turalizações, hierarquizações e preconceitos. Multiplicar propostas coeducativas, sempre deixando claro os sentidos de sua escolha, é indicar caminhos para que os momentos de aula, de convivência, de aprendizado, de trocas e de diálogos, sejam equitativos, dignos de respeito e harmonia. Essa é a escola que queremos.

Referências

ALMEIDA, J. J. de. **Explorando boas práticas na Educação Física escolar**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento e Reabilitação) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2025.

AUAD, D. **Educar Meninos e Meninas**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2022.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Metodologia da pesquisa**: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2018.

COSTA, M.; SILVA, R. G. da. A Educação Física e a Co-Educação: Igualdade ou Diferença? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54, 2002. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/269. Acesso em: 10 jun. 2025.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p.116-131, 2009. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1470/2224. Acesso em: 11 dez. 2025.

DEVIDE, F. P.; ROCHA, C. M. da; MOREIRA, I. dos S. Coeducação e Educação Física escolar: uma ferramenta para abordar as relações de gênero nas práticas corporais. **Cadernos de Formação RBCE**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 48-60, 2020. Disponível

em: http://rbce.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2420. Acesso em: 10 jun. 2025.

DEVIDE, F. P. **Coeducação e Educação Física Escolar**: reflexões introdutórias e sistematização de atividades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

GARCIA, J. L. O Corfebol e a equidade entre os gêneros na escola. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22O+Corfebol+e+a+equidade+entre+os+g%C3% AAneros+na+escola%22&type=AllFields&limit=20. Acesso em: 15 dez. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GOELLNER, S. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**. Campinas. v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/105085. Acesso em: 15 dez. 2025.

JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P. Educação Física Escolar, coeducação e gênero: mapeando representações de discentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 123-140, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/movimento/article/view/2912. Acesso em: 15 jul. 2025.

LOURO, G. L. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, 2000. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833. Acesso em: 12 maio 2025.

MARIANO, M.; ALTMANN, H. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? **Cadernos**

Pagu, Campinas, n. 46, p. 411-438, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645916. Acesso em: 11 dez. 2025.

MONTEIRO, M. V. P. **Educação Física Escolar e Significados de gênero: uma pesquisa em uma escola estadual da cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://cev.org.br/media/biblioteca/4031957.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

NEIRA, M. G. Em defesa do jogo como conteúdo cultural do currículo da Educação Física. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 25-41, 2009. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1719. Acesso em: 15 jun. 2025.

NUNES, M. L. F.; RÚBIO, Katia. O(s) Currículo (s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 55-77, 2008. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001723469. Acesso em: 5 mar. 2024.

PIEDRA, J. Propuestas coeducativas para la docência em Educación Física em primaria e secundaria. *In*: PIEDRA, Joaquim. **Coeducación Física**: Aportaciones para una nueva cultura de género. Saarbrücken, Alemanha, Editorial Académica Espanhola, 2014. p. 287-307.

SANTOS, A. P. da S.; BRITO, L. T. de. Diálogos com as masculinidades por meio da perspectiva intercultural e da coeducação na educação física escolar. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 29, p. e-74987, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/74987. Acesso em: 11 dez. 2025.

SARAIVA, M. do C. **Coeducação física e esportes**: quando a diferença é mito. Ijuí: Unijuí, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 20 maio 2025.

UCHOGA, L. A. R.; ALTMANN, H. Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 163-170, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/rdqF38mftSTqS7tCLrFLBMQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 abr. 2025.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.